

**ATA DA 31ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 20/08/2002

Início: 9:45 hs

Término: 18:00 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Raymundo Peixoto
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: Paulo Paim

CONVIDADOS:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Ana Paula Nunes Ferreira Lucato - ABIT (lucato@bondadef.com.br)
Danielle Mancin - M. Integração (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Eduardo San Martin - ABIT (meioambiente@abit.org.br)
Fábio de Novaes - SRH/MMA (fabio.novaes@cnrh-srh.gov.br)
Fernando José de Almeida - SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)
Francis Priscilla Vargas Hager - SRH/MMA (ffvargas@terra.com.br)
Giordano Bruno Bomtempo - M. Integração (alamut@zaz.com.br)
Gustavo O. Campos SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)
Jairo dos Santos Lousa - CNA (lousa@o2.net.br)
João Mário Martins - ANEEL (jmario@aneel.gov.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
Júlio Florêncio Filho - SRH/MMA (julio.florencio@cnrh-srh.gov.br)
Luiz Fernando de Arruda Gonçalves - COPEL (luiz.goncalves@copel.com.br)
Marcos André Basílio Pereira de Souza - CVRD (marcos.andre.souza@cverd.com.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas - CBHPOM (vargasma@zaz.com.br)
Maria Manuela M. Moreira - SRH/MMA
Martha Maria Fialho Pedrosa - SRH/MMA (marthapedrosa@hotmail.com)
Otavio R. Maghelly - FAESP (de@faespsenar.com.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Renato Silva Jr. - SRH/MMA (renatosilvajr@ig.com.br)
Rodrigo Speziali de Carvalho - IGAM (speziali@igam.mg.gov.br)
Rosa H. de O. Martins - CETESB (rosam@cetesb.sp.gov.br)
Valéria Almeida Lopes de Faria - CEMIG (vfaria@cemig.com.br)
Wagner de Oliveira Carvalho - FURNAS (wagner@furnas.com.br)
Walter Jorge dos Santos - SRH/MMA (Walter-jorge.santos@mma.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Pauta: Item I - Abertura: O Dr. Júlio Thadeu Kettelhut, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, deu boas vindas a todos, informando a Agenda do Dia e a importância das apresentações: primeiro passo para a discussão da proposta de resolução de cobrança pelo uso de recursos hídricos que não poderia ser iniciada sem o conhecimento do que pensam e pretendem os diversos segmentos ligados ao uso ou gestão das águas. O Dr. Júlio sugeriu que após a análise da proposta de resolução, pelas Câmaras

Técnicas, seja feito um workshop ou seminário a fim de se obter uma maior participação de técnicos da área de recursos hídricos e de outros setores interessados no tema "cobrança". O Dr. Décio Michellis Júnior, presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB, agradeceu a presença de todos e lembrou que será feito o convite a todos os segmentos ligados ao uso ou gestão dos recursos hídricos, independente se são ou não representados no Conselho, para que façam apresentações sobre suas percepções sobre a "cobrança".

Item II - Aprovação das Atas: 2ª CTCOB e 29ª CTIL: após algumas modificações solicitadas pelos Drs. Cristina Yuan, Patrícia Boson, Décio Michellis e Júlio Thadeu, as Atas foram aprovadas.

Item III - Apresentações: 1ª apresentação: Proposta de resolução de cobrança pelo uso de recursos hídricos, por Francisco Lopes Viana, superintendente de Outorga e Cobrança da ANA (**Anexo II**). 2ª apresentação: Considerações sobre: impactos da cobrança; sugestões de teto de valor a ser cobrado; cronograma de implantação da cobrança; acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga; e características específicas dos seguintes segmentos: Indústria, por Romildo Campelo (**Anexo III**); e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Região Sudeste, por Eliseu Itiro Ayabe (**Anexo IV**). Após a apresentação do Dr. Eliseu, o Dr. Júlio Thadeu fez alguns comentários onde ressaltou que seria interessante recuperar a idéia da cobrança ser utilizada para financiamento e que se quebre, na medida do possível, um dos paradigmas da gestão de recursos hídricos que diz que a aplicação é sempre a fundo perdido. Quem utiliza recursos financeiros a fundo perdido é o poder público e o que se pretende é que todos os usuários tenham acesso. Disse que o "fundo perdido" até pode ser usado mas que não seja o único. Em seguida o Dr. Décio fez duas perguntas. A primeira foi ao Dr. Francisco Viana: A proposta de resolução apresentada substitui as propostas até hoje existentes? O Dr. Viana afirmou que sim. A segunda foi dirigida aos Drs. Eliseu e Romildo: Existe algum estudo em curso, nas organizações que representam, que avalia o "efeito em cascata" do impacto da cobrança, a exemplo da CPMF que se inicia com o valor cobrado de 0,38% e chega no PIB com valor entre 1,72 e 2% ? O Dr. Romildo disse que esse estudo está sendo preparado. O Dr. Eliseu disse que não existe. O Dr. Fernando Cabral fez algumas considerações sobre forma e conteúdo da proposta de resolução, as quais o Dr. Décio pediu que sejam expostas em forma de apresentação na próxima reunião. O Dr. Jairo Lousa elogiou as Drs. Cristina Yuan e Patrícia Boson pela maneira pela qual organizaram as contribuições dos diversos segmentos para a proposta de resolução de cobrança (por cores e capítulos). O Dr. Eduardo San Martin relatou o seguinte comentário que escutou, há dois ou três meses, de um prefeito de um município do interior de São Paulo: "Agora, estou fazendo a coisa mais importante que eu já tive a oportunidade de fazer. Estou articulando para tomar conta do comitê de bacia porque toda a dinheirada que vai entrar pela cobrança pelo uso da água vai passar pela minha mão". Por isso, segundo ele, o que o setor têxtil brasileiro reivindica é que se conheça a "regra do jogo antes do jogo começar", ou seja, que se estabeleça e torne público os limites que terá o comitê de bacia. O Dr. Décio lembrou que a proposta de resolução terá a "regra do jogo" e que o setor têxtil pode e deve contribuir com sugestões. A Dr. Cristina Yuan perguntou aos presidentes da CTCOB e CTIL qual é a previsão do início da discussão da minuta de resolução e propôs que esse debate seja iniciado mesmo com a continuação das apresentações para que haja um equilíbrio dos trabalhos. Sugeriu também que se pense na possibilidade de haver um seminário devido às importantes contribuições apresentadas pelos diversos setores onde, no momento, apenas um grupo restrito de técnicos tem acesso. Foi resolvido, então, que a cada reunião seja feita apenas uma ou duas apresentações para que a análise da proposta de resolução seja agilizada. Foi dado o intervalo para o almoço às 12h30. A reunião recomeçou às 14h33.

Continuação do item III - Apresentações: Considerações sobre: impactos da cobrança; sugestões de teto de valor a ser cobrado; cronograma de implantação da cobrança; acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga; e características específicas dos seguintes segmentos: Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Região Sudeste, por Rodrigo Speziali de Carvalho (**anexo 4**); Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas, por Paulo Renato Paim; e Irrigantes, por Jairo Lousa (**anexo 5**). Após as apresentações houve esclarecimentos por parte do Dr. Jairo sobre, entre outros, o que já existe de outorga, uso não consuntivo, compensação de custos ambientais e qual seria a proposta específica do setor (Irrigantes) para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, pois existe a possibilidade de haver uma resolução de cobrança para cada setor usuário apesar de, no momento, estar sendo discutida a de critérios gerais. O Dr. Décio questionou o posicionamento dos comitês sobre a arrecadação dos 0,75% (oriundo da cobrança pelo uso

da água, a ser aplicado de acordo com o art. 22 da Lei n.º 9.433/97) que é captado pela Agência Nacional de Águas e que deve ser aplicado, preferencialmente, na bacia de origem: Por que os comitês, que estão administrando a ausência de recursos financeiros, ainda não pleitearam o dinheiro que já está em caixa? A Dra. Patrícia Boson comentou que no Fórum de Comitês, ocorrido ano passado em Camburiú, Santa Catarina, fez o mesmo questionamento e que ninguém se pronunciou. A Dra. Maria Aparecida Vargas disse que o Dr. Cláudio Serrichio, do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, encaminhou, ano passado, um ofício tanto para a ANA quanto para os membros do CEIVAP onde fez o questionamento sobre como estavam sendo aplicados os recursos financeiros, principalmente, na bacia do rio Paraíba do Sul. Disse, também, que a ANA esteve no comitê e fez uma apresentação respondendo a essa pergunta e o que se percebeu, na forma como foi apresentado, é que estava se gastando mais do que a bacia arrecada, com estudos que estão sendo questionados há muito tempo. Segundo a Dra. Maria Aparecida existe, sim, a discussão mas ela pode não estar sendo bem conduzida. A Dra. Patrícia Boson explicou como montou o texto da proposta de resolução de cobrança pelo uso de recursos hídricos (que será o texto base para o início da análise) e porque adotou a metodologia atual. Foi decidido que, pelo trabalho que esta análise demandará, a próxima reunião conjunta será realizada em dois dias: 25 e 26 de setembro, sendo que a CTIL fará sua reunião no dia anterior, em 24. O Dr. Roberto Alves Monteiro, gerente de Projetos da SRH/MMA, propôs que a análise da minuta de resolução seja feita, inicialmente, por um Grupo de Trabalho que teria maior flexibilidade na condução dos trabalhos, inclusive de agendamento de reuniões. A sugestão aguarda o andamento dos trabalhos para sua eventual aplicação. Quanto à continuação das apresentações para a próxima reunião conjunta foi decidido que haverá apenas uma por período (manhã e tarde). Item IV - Início da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos: Foi adiado porque não houve tempo. Item V - Encerramento: Agradecimentos pela presença.

Ata aprovada na 35ª reunião, realizada em 25 de setembro de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores